

## 1 Introdução

O período entre 1956-60, não por acaso conhecido como “anos dourados”, teve como característica uma trajetória acelerada de crescimento econômico. Tal cenário deve-se à implementação do Plano de Metas, programa do governo de Juscelino Kubitschek, que reuniu políticas de investimento público e privado em cinco áreas consideradas prioritárias: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação.

Assim, esse desenvolvimento econômico configurou-se devido à intensificação do processo de substituição de importação, tendo como foco o progresso da produção de setores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Entretanto, essa situação econômica não se mantém no período seguinte e o intervalo entre os anos 1961-63 é marcado por uma desaceleração na trajetória desse crescimento.

Este painel tem por objetivo analisar os três principais elementos explicativos para crise da economia brasileira do começo dos anos 60, a saber: o esgotamento do modelo de substituição de importações, a desordem macroeconômica e a crise político-institucional. Também veremos algumas tentativas de estabilização da política econômica, que não obtiveram sucesso.

## 2 Justificativas para a Crise Econômica de 1961-63

### 2.1 O Esgotamento do Modelo de Substituição de Importações

A primeira justificativa sobre o assunto acredita que a desaceleração do crescimento econômico deve-se ao esgotamento do modelo de substituição de importações após o Plano de Metas, agravada pelas medidas de redução do gasto público do Plano Trienal.

Essa justificativa pode se tornar mais evidente ao verificar-se que a taxa de investimento do país diminuiu para, aproximadamente, 13,1% do PIB no ano de 1961, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, ou seja, a menor taxa desde o Governo Dutra. Como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 1 – Taxa de Investimento do Brasil no período de 1950-1961

Ano	Taxa de Investimento (% do PIB)
1950	12,8
1951	15,5
1952	14,8
1953	15,1
1954	15,8
1955	13,5
1956	14,5
1957	15
1958	17
1959	18
1960	15,7
1961	13,1

Elaboração própria. Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais

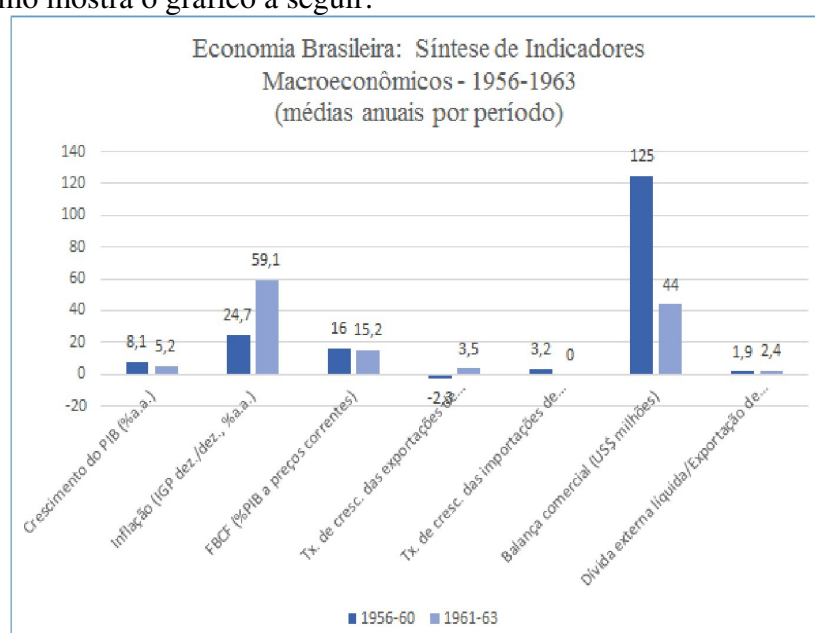
Outras vertentes de tradição estruturalista enfatizam a perda de dinamismo da industrialização por substituição de importações e a possível incompatibilidade entre a demanda associada a perfis específicos de distribuição de renda e oferta dos gêneros industriais instalados mais recentemente (ver Furtado, 1968 e Tavares, 1972b e 1975). (Ordem do progresso, 2014)

<sup>1</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=SCN36&t=taxa-investimento>. Acesso em: 30 jul. 2013

### 2.2 A Desordem Macroeconômica

Corroborando com a primeira corrente, a segunda justificativa acredita que os esforços gerados pelo esgotamento do modelo citado acima geraram uma desordem econômica. É inegável a fase brilhante a qual a economia se encontrava na era JK. Contudo, se por um lado o crescimento do PIB atingiu patamares de quase 50% nesse período e a expansão da produção industrial cerca de 60%, por outro os indícios de desordem econômica eram evidentes. A inflação, medida pelo deflator do PIB, acelerou de 11,8% em 1955 para 25,4% em 1960. Somado a isso, o balanço de pagamento mostrou déficits insustentáveis, elevando a dívida externa líquida que ficou, aproximadamente, em torno de US\$ 3,4 bilhões em 1960.

Confrontado com medidas de estabilização econômica em detrimento do crescimento, Juscelino optou pela segunda opção. Tal escolha deixou de herança para o governo de Jânio Quadros um cenário macroeconômico bastante instável, como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Economia Brasileira Contemporânea; 1945-2010. Elaboração própria,

### 2.3 A Crise Político-Institucional

Por fim, a terceira corrente de pensamento considera a crise no cenário político-institucional como a principal razão para a desaceleração do crescimento econômico enfrentada no início dos anos 60. Como dito acima, ao assumir o poder sobre o pretexto de varrer a inflação e a corrupção do país, Jânio Quadros deparou-se com indicadores macroeconômicos bastante instáveis. A fim de combater tais problemas, seu governo lançou mão de medidas de controle econômico de cunho ortodoxo que incluem forte desvalorização cambial e unificação do mercado de câmbio, bem como uma política monetária contracionista e a contenção de gastos públicos, sendo a Instrução 204 da SUMOC um elemento essencial para essa estratégia.

A ineficácia do regime parlamentarista, caracterizado pela constante crise política, antecipou a provável vitória do regime presidencialista no plebiscito de janeiro de 1963. Deste modo, com o regime presidencialista restaurado foi anunciado a política econômica que seria adotada para o restante do mandato, a saber, a volta do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Este procurava responder ao quadro de deterioração externa e aceleração inflacionária, o que substancialmente favorecia a aproximação do governo e segmentos da classe média, bem como empresários, aumentando assim sua base de apoio. Contudo, a dificuldade de implementação de tais medidas devido a oposição da base sindical e parlamentar de apoio do governo levou ao abandono do Plano Trienal, contribuindo para o enfraquecimento definitivo do governo no final dos anos 63 e início dos anos 64.

## 3 Conclusão

A literatura consagra três justificativas para a crise que marcou o início dos anos 60. Por um lado, há correntes que defendem que a recessão enfrentada no período está relacionada à deterioração dos índices econômicos, principalmente à aceleração inflacionária. Por outro, há interpretações que enfatizam o esgotamento da industrialização por substituição de importações. Existem outros economistas que enfatizam a crise político-institucional como elemento impeditivo de qualquer possibilidade de resultados econômicos com resposta da política econômica.

Nesse sentido, é muito provável que a ausência de resultados econômicos para o período seja uma mistura dos três elementos citados neste painel.

A inter-relação entre tais processos muito provavelmente explicam os limites para qualquer resultado mais robusto esperado de tais decisões. A crise econômica que vai levar ao golpe de 64 muito provavelmente tem nesse ambiente seus elementos explicativos.

## Referências Bibliográficas

Abreu, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**/ Marcelo de Paiva Abreu. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2014.

**Economia brasileira contemporânea** [recurso eletrônico]: 1945- 2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

Rego, José Márcio; Marques, Rosa Maria. **"Formação Econômica do Brasil"**. São Paulo: Saraiva, 2003

Silva, Renaut Michel Barreto. **"Políticas econômicas no início da década de 60: a busca pela estabilidade e controle da inflação."** (2018)